

TERCEIRA PARTE

OUTROS ESCRITOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido durante a realização deste trabalho. Agradecimentos também são devidos ao Departamento de Física da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e ao Departamento de Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por terem recebido o autor durante sua estadia nessas instituições. Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob a orientação do Prof. Dr. Roberto de Sá. Agradecimentos também são devidos ao Departamento de Física da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e ao Departamento de Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por terem recebido o autor durante sua estadia nessas instituições.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRESSO HISTÓRICO EM HEGEL*

Inácio Helfer **

“Es ist wesentlich, zu bemerken, dass der Gang des Geistes ein Fortschreiten ist...”

(Hegel, *Filosofia da história*)

Resumo

A idéia de progresso histórico foi sempre uma preocupação importante do *Iluminismo*. Filho do seu tempo, Hegel (1770-1831) elaborará um dos primeiros estudos sistemáticos sobre o tema na sua *Filosofia da história*. O estudo que segue apresenta algumas noções introdutórias sobre a questão, tentando precisar o tipo de progresso pensado por Hegel, o papel da contingência e a definição do agente histórico.

Palavras-chave: Hegel, progresso, contingência, liberdade.

Abstract

The idea of historical progress was always an important concern of the *Iluminismo*. Son of his time, Hegel (1770-1831) will elaborate one of the first systematic studies about the subject in his *Philosophy of history*. The study that follows presents some introductory conceptions about the question, trying to need the type of progress thought for Hegel, the paper of the contingency and the definition of the historical agent.

Keywords: Hegel, progress, contingency, freedom.

* O presente artigo é resultado de uma pesquisa que recebeu o auxílio do *Fundo de Apoio à Pesquisa - FAP-* na UNISC, período agosto/97 - julho/98.

** Doutor em Filosofia pela *Université de Paris I - Panthéon-Sorbonne* (1996). Professor de Filosofia na UNISC. Atua no Curso de Filosofia, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e no Mestrado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Pensar a liberdade na contingência e necessidade de sua evolução é o desafio que Hegel se coloca no final de sua vida com as reflexões sobre a *Filosofia da história*.¹ Estes *Cursos*, desenvolvidos, portanto, após uma longa experiência teórica e prática², nos revelam um sentido profundo do conceito do político enquanto elucidam algumas noções sobre o significado do “progresso”, da “razão e história” e a “liberdade”.

O objetivo dessa exposição é o de esclarecer, em caráter introdutório, algumas passagens desse texto que nos mostram como a história é para Hegel o processo de apresentação do conteúdo da razão enquanto exposição do princípio da liberdade. Nessa perspectiva, o progresso na história seria o resultado de um processo de racionalização que se traduz, concretamente, pelo aumento da consciência da liberdade. Quanto maior for a explicitação teórica e prática dessa consciência, maior seria a presença da liberdade numa época determinada, mais a história teria progredido, mais intensa seria a presença da razão nos acontecimentos humanos.

De imediato surgem algumas questões que Hegel também se colocava: como pensar a história enquanto desenvolvimento racional da liberdade? Há a possibilidade da contingência se fazer presente na história? O que é a liberdade se, por vezes, parece existir uma tendência presente no desenvolvimento que Hegel chama de *conceito*³ no sentido de sempre avançar em direção ao progresso? Os indivíduos podem ser qualificados de “sujeitos históricos” ou não passam de meros objetos da história?

Estas questões são analisadas em três partes. Na primeira é exposta a

¹ Hegel nunca escreveu um livro sobre o tema. No entanto, soube com grande habilidade desenvolver *Cursos* (aulas) sobre o assunto no período de 1822 a 1830. Estes *Cursos* foram reunidos na *Edição Completada* obra do pensador organizada por Johannes Hoffmeister no ano de 1955 (edição Felix Meiner Verlag). Hoffmeister publicou 2 volumes intitulados, respectivamente, HEGEL, G.W.F. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, Band I: *Die Vernunft in der Geschichte* - citado: VG-, hrsg. von J. Hoffmeister, Hambourg: F. Meiner, 1980; e, segundo a tradução francesa aqui utilizada, Hegel, *La raison dans l'histoire*: introduction à la Philosophie de l'histoire - citado: RH-, traduction nouvelle, introduction et notes par Kostas Papaioannou, Paris: Christian Bourgois éditeur, 1991; e o segundo volume, intitulado HEGEL, G.W.F. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, Band II: *Die orientalische Welt*; Band III: *Die griechische und die römische Welt*; Band III: *Die germanische Welt* - citado: WG-, hrsg. von J. Hoffmeister, Hambourg: F. Meiner, 1980.

² É bom ter presente que Hegel viveu no período da Revolução Francesa (em 1879 tinha 19 anos), o Terror Jacobino e a renovação do Estado prussiano (de 1818 a 1830).

³ Termo que Hegel utiliza para designar o terceiro momento da sua *Lógica* (antecipado pela momento do *Ser* e da *Essência*) e que representa a determinação mais alta do pensamento. Hegel utiliza este termo também como sinônimo de Idéia, Razão ou Espírito Absoluto e entende que a mesma se explicita sob um ponto de vista lógico e histórico.

racionalidade da história segundo a interpretação que fazemos do pensador sempre preocupado em salientar a importância da evolução histórica do *conceito* como não sendo um processo de antemão decidido. O progresso histórico seria uma categoria condicionada à decisão e ação do homem. A segunda parte estuda a liberdade como fim último da história na qual são elaboradas as categorias de progresso e de contingência. Por fim, a terceira parte apresenta como a história é o resultado da atividade que os homens fazem ou deixam de fazer na mesma proporção que os indivíduos de um povo determinado e de uma época são condicionados pelo grau de determinação do conceito do político posto.

1 A HISTÓRIA UNIVERSAL E O PROGRESSO

Segundo Hegel, a história universal é o movimento de explicitação, na imediação do mundo, do processo através do qual o espírito absoluto se auto-reconhece como em si e para si. O Espírito absoluto se auto-desenvolve e este processo acontece no espaço e no tempo, através dos espíritos dos povos. Por isso, segundo Hegel, a Idéia é por excelência engendrada no tempo; ela só se constitui enquanto um processo temporal da vida de um povo. Mas também, a Idéia se desdobra geograficamente. Ela é a história de povos localizados numa região que, gradativamente, pela interação com o meio, elaboram uma feição de si. O homem sempre nasce confinado a certas condições particulares. Entretanto, a despeito disto, ele é capaz de superar tais condicionamentos. O homem é essencialmente um sujeito pensante. Para Hegel é justamente o pensamento que eleva os homens para além das determinações particulares que os envolvem. Mas também é pelo pensamento que o homem torna a diversidade das coisas exteriores um meio de desenvolvimento de suas capacidades.

Em se tratando da história, no entanto, o que mais tem relevância é o desdobramento do “espírito” no tempo. Segundo este ponto de vista, a sucessão temporal apresenta o fato de que processos racionais são engendrados por indivíduos e instituições promovendo o avanço da história. Assim, a história que interessa a Hegel não é a mera sucessão dos acontecimentos. Importa a história do pensamento, não a história do particular. O que tem significado é a história universal, entendida como a apresentação do conteúdo da razão no tempo. Este conteúdo, no entanto, também não pode ser confundido com qualquer manifestação cultural. Na visão de Hegel, quando o filósofo trata da história, na verdade não está interessado em estabelecer uma simples coleta ou fazer uma *soma* de fatos históricos. O que realmente o filósofo pretende é

explicitar aquilo que na história se revela como *um todo* racional. Importa o sentido que as partes alcançam no todo. E é somente a história do sentido que é universal.

Segundo Hegel, “a razão governa o mundo”⁴ e por isso também a história universal transcorre racionalmente. Para ele, quem estuda a história universal acaba por concluir que, no seu conjunto, “tudo se passou racionalmente, que a [história] é o curso racional e necessário do Espírito do Mundo (*Weltgeist*), Espírito este que é a substância da história, sempre um e idêntico a si mesmo e que explicita esta sua natureza na existência universal (o Espírito do mundo é o espírito em geral)⁵. Isto significa que nada se manifesta no mundo senão a idéia universal.

Ora, estas afirmações podem suscitar reflexões equivocadas do movimento de reposição da universalidade. O maior questionamento é o da presença de uma interpretação determinista da história. Devemos admitir que Hegel pressupunha que o desenrolar da história já estivesse de antemão decidido? Seguindo esta linha de pensamento, não deveríamos supor que existiria uma Idéia, constituída em si, planando em algum lugar e encarnando-se em determinados momentos, produzindo a partir dessas determinações uma orientação independente da vontade dos homens.

Estas interrogações não concebem a Idéia como o engendramento no desenvolvimento histórico e contingente de suas determinações e, por estas determinações, constituindo-se como determinação ideal. Ora, logo de início, podemos afirmar que em Hegel o mais importante é considerar que a universalidade somente é reposta pelo movimento concreto da particularidade. Hegel elucida tal dúvida com a afirmação: “O universal se realiza mediante o particular.” O universal é constituído pelo particular. É importante esclarecer este aspecto da racionalidade da história universal. Somente levando em conta o fato de que o pensador subentende a participação efetiva das particularidades, que são os homens e suas instituições, que se dá o engendramento de determinações livres. A universalidade é engendrada pela particularidade. O que move a história é o espírito dos povos.

O pensamento hegeliano da história ressalta que a história universal transcorre racionalmente, mas isto não significa que já esteja decidida. Isto não significa que o desenrolar da história procede de uma forma *a priori*. O investigador, quando estuda o passado, deve proceder de um modo histórico, empiricamente. Hegel afirma enfaticamente que “temos de tomar a história tal

⁴ VG, p. 28; RH, p. 47.

⁵ VG, p. 30; RH, p. 49-50.

como ela é: temos de proceder de uma forma histórica, empiricamente”⁶. Isto não nega, contudo, que o resultado dos fatos fará ver aquilo de que a filosofia, na visão de Hegel, tem já convicção: que o espírito, a Idéia, se desenvolve no desenrolar da história.

A história pode aparecer como um tecido de fatos contingentes e mutáveis e, portanto, falta de todo plano racional ou divino e dominada por um espírito de miséria, destruição e mal. Estas contingências, em certo sentido, são produto de uma interpretação dos fatos históricos. Como sugere Hegel, “mesmo o historiador ordinário, médio, que se pretende inteiramente receptivo, submisso ao dado, não o é passivo no seu pensamento: ele traz consigo suas categorias e vê os fatos através delas.”⁷ Ou, se quisermos também propor, quem faz o uso de categorias limitadas no ato de selecionar, organizar e relatar os acontecimentos, formula uma certa narração da história. Os fatos históricos, em si, não têm significado, eles respondem a perguntas teóricas apropriadas. Por isso, é a partir das categorias que empregamos, que vamos entender o mundo. O verdadeiro não está na superfície visível; somente um esforço da razão, e não dos sentimentos, possibilitará conhecer o grande conteúdo racional da história. Como adverte Hegel, “devemos evitar as reflexões unilaterais porque elas deformam a história e provêm de falsas opiniões subjetivas.”⁸ Somente a filosofia, nesse sentido, produz um conhecimento verdadeiro e universal. Ela é o ato supremo do pensamento humano, superior à religião e à arte, que busca a reconciliação entre o objetivo e o subjetivo. É a ciência especial que pensa e compreende o conteúdo da história universal.

Mas, por outro lado, a contingência também existe. No tocante à exposição do conceito na imediação do mundo, Hegel adverte que

“o espírito *começa* por sua infinita possibilidade; a qual é uma mera possibilidade que contém seu absoluto conteúdo como algo *em si*, como fim que o espírito somente alcança em seu resultado, resultado que somente então é sua efetividade.”⁹

Esta pura possibilidade, que se torna concretude no desenrolar dos fatos, somente se encaminhará para uma profundidade maior com a atividade livre dos homens. Portanto, “o reino do espírito é aquilo que é produzido pelo

⁶ VG, p. 30; RH, p. 50.

⁷ VG, p. 31; RH, p. 50.

⁸ VG, p. 32; RH, p. 51.

⁹ VG, p. 157; RH, p. 186.

homem.¹⁰ Assim, os fatos contingentes são possíveis de acontecer bem como o encaminhamento para a liberdade, apesar de existir uma tendência maior no sentido de que a liberdade se concretize.

O sentido da história é produzido pelos próprios acontecimentos que a forjam. Com a reposição de uma nova figura da liberdade é disposto um novo conjunto de possibilidades emergentes que podem tornar-se existentes num determinado momento da história. Tudo depende da superficialidade ou profundidade que o espírito de um povo desenvolve ao captar ou conhecer o que é o espírito.

O espírito na visão de Hegel se realiza, então, a partir da sua auto-manifestação. E por isso, dentre as diversas figuras pelas quais ele se auto-manifesta, “em nenhuma é mais claramente fim que naquela em que o espírito se explicita e manifesta nas figuras multiformes que chamamos povos.”¹¹ Os povos são as particularidades a partir das quais se manifesta o universal. É justamente a diversidade espacial de povos e a sua sucessão cronológica que constitui o percurso graças ao qual o espírito perfaz seu movimento de retorno a si. Portanto, na história universal estamos sempre nos referindo a indivíduos que são povos e conjuntos que são Estados. Eles perfazem a busca de sua interioridade na exterioridade da contingência da sucessão histórica. A história universal é o empreendimento incessantemente reiterado de busca desta unidade perdida na imediatez dos acontecimentos que os povos perfazem no devir do tempo.

2 O FIM ÚLTIMO DA HISTÓRIA: A REALIZAÇÃO DA LIBERDADE

Segundo Hegel, no desenrolar dos acontecimentos o espírito se manifesta no mundo como espírito objetivo que pensa seu ser. Num primeiro momento acontece a destruição da determinação de seu ser que apreende, a partir dessa queda e particularização, o universal de si mesmo que dá a seu princípio uma nova determinação de si. Esta nova determinação é o resultado do processo de engendramento do conceito que Hegel chama de liberdade. A liberdade é, pois, a culminação desse processo graças ao qual o espírito aparece a si. Neste sentido, a liberdade, enquanto uma manifestação concreta na história, resulta do processo de saída de si de determinações que, na cisão própria de seu movimento

¹⁰ VG, p. 50; RH, p. 71.

¹¹ VG, p. 29; RH, p. 48.

reflexivo de exteriorização, perfazem um movimento inverso, o retorno a si, para novamente desenvolverem, na imediatez posta, uma nova exteriorização.

Sendo assim, a história universal é a exposição do espírito. É ela que apresenta como o espírito se elabora para chegar a saber o que é em si. Nesse sentido, “o espírito é essencialmente resultado da sua atividade: sua atividade é o ultrapassar da imediatez, é uma negação desta e volta a si.”¹² Isto significa que no espírito existe a oposição. Ele é a negação do imediato em busca de uma determinação mais acabada de si, uma determinação mais racional, mais conceitual. Podemos afirmar que o espírito não permanece no meio da oposição, porque ele busca a unidade e na união está o princípio superior. Na visão de Hegel, “este processo, que proporciona ao espírito seu ser mesmo, seu conceito, é a história.”¹³ Portanto, é através da reposição do conceito, ou da produção de um princípio da liberdade, que a história avança. E é através da autoconsciência que um povo tem de si que acontece o progresso na história. “Cada novo espírito de um povo é uma fase na conquista do espírito universal, em favor de sua consciência, de sua liberdade.”¹⁴ Assim, poderíamos afirmar que o espírito percorre na contingência e necessidade da história um caminho que atravessa fases para alcançar a sua essência, cujo conteúdo e fim último é a liberdade.

Neste percurso de busca de sua própria essência o espírito progride na consciência da liberdade. Este progresso na consciência da liberdade que cada povo foi (ou é) portador (ou produtor) se produz através de dois conceitos que são importantes para a filosofia política: o conceito de progresso e da contingência.

Concernente ao tema da inserção do sujeito na história para fazer avançar as determinações da liberdade, Hegel é bem mais propenso a afirmar que o progresso na história depende da habilidade dos homens em apreender o interesse universal da razão do que a visão que privilegia um condicionamento de estruturas mais amplas e poderosas sobre os indivíduos. Diferentemente da interpretação de Marcuse, que sobre esse aspecto pensa que na filosofia hegeliana “o verdadeiro sujeito é o universal, e não o indivíduo”, ou, que na história “o conteúdo verdadeiro é a realização da autoconsciência da liberdade, e não os interesses, necessidades e ações do indivíduo”¹⁵, pensamos que Hegel

¹² VG, p. 72-3; RH, p. 95.

¹³ VG, p. 72; RH, p. 74.

¹⁴ VG, p. 73; RH, p. 75.

¹⁵ MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 209.

sugere de fato um papel mais importante aos indivíduos no sentido de promover a união entre o universal e o particular, do que o contrário. É importante lembrar que, para Hegel, a evolução do espírito não é um sossegado fazer-se, ou como afirma a *Filosofia da História*, “um mero produzir-se inocente e sem luta, como na vida orgânica, mas um duro e difícil trabalho contra si mesmo.”¹⁶ A evolução tem um princípio fundamental que é o da concretização da liberdade, mas isto não significa que a mesma esteja garantida. É preciso todo um esforço de concretização, na objetividade da Idéia, que é o Estado, com o direito, a religião, a arte, a constituição, as relações com outras nações, etc... para garantir o progresso do espírito.

Uma outra forma para entender melhor a evolução da história em busca da liberdade encontra-se no conceito de progresso que subentende, também, o conceito de contingência, na medida em que dizem relação à categoria do tempo. “O tempo contém a determinação do negativo”¹⁷ porque, segundo Hegel, um acontecimento positivo para nós pode muito bem ser o seu contrário num tempo passado ou futuro. “O tempo é a negação no sensível. O pensamento é também negação, mas na forma mais profunda, infinita...”¹⁸ Se as atividades dos indivíduos e povos não se engendrarem a partir do pensamento, que é a negatividade do próprio tempo, pois o supera e não está subordinado ao círculo fechado das variações que acontecem na natureza, elas serão carregadas pelos impulsos imediatos das paixões e necessidades particulares naturais. Seguindo, portanto, o livre arbítrio dos interesses contingentes dos indivíduos e povos e, conseqüentemente, da natureza, a reposição dos princípios da liberdade não se efetiva.

Hegel entende a tarefa “negativa” ou destrutiva do pensamento como sendo primordial para o progresso histórico. Na sua visão, o pensamento, ao destruir uma forma de organização de estado, desenvolve, ao mesmo tempo, uma passagem para uma forma mais alta de organização do mesmo. A segunda forma, se for produzida segundo a lógica do conceito, sempre é uma organização superior porque, ao nascer da transformação da anterior, além de levar consigo determinações corrigidas do seu passado, representa uma superação da anterior. Nela estaria contida a particularidade mediatizada numa nova universalidade.

Também neste sentido é explicável a relação entre o perfeito e o imperfeito. Como afirma Hegel,

¹⁶ VG, p.152; FH, p. 180.

¹⁷ VG, p. 153; FH, p. 181.

¹⁸ VG, p. 178; FH, p. 209.

“O progresso aparece na existência como avançando do imperfeito ao mais-perfeito; mas o imperfeito não deve conceber-se como abstração, como meramente imperfeito, senão como algo que leva consigo, em forma de germe, de impulso, seu contrário, ou seja, o que chamamos de perfeito.”¹⁹

O imperfeito, portanto, a determinação que já passou, porque só existe na medida em que posso relacioná-la a um mais perfeito, traz em potência a possibilidade inscrita no processo de mediação que a faz existir de uma forma de maneira que a partir dela se projete o que vai lhe suceder. O progresso se organiza, assim, pela superação de contradições. As oposições sendo solvidas, originam determinações mais universais, fazendo avançar o processo.

3 A HISTÓRIA COMO FATOR DOS INDIVÍDUOS OU OS INDIVÍDUOS COMO FATORES DA HISTÓRIA

Nas *Filosofia da história* temos um conceito de natureza humana que facilita a compreensão do movimento de reposição da liberdade no mundo. Hegel entende por natureza humana o indivíduo que tem, por um lado, impulsos, paixões, desejos e necessidades imediatas, e, por outro, é capaz de saber de si mesmo, é um ser pensante e racional. Distinto da concepção tradicional de “animal racional” (Aristóteles), isto é, um pouco de animal, somado com o específico do humano, a razão, Hegel sugere que, “a humanidade animal é uma coisa inteiramente distinta da animalidade. O começo é, pois, o espírito.”²⁰ A natureza humana é composta de impulsos, à semelhança dos impulsos do animal. Só que no homem os impulsos não seguem uma ordem fixa de satisfação. No homem o impulso é composto de autoconsciência. O homem é um ser pensante; tem consciência de si mesmo. O animal “não pode intercalar nada entre seu impulso e a sua satisfação; não tem vontade, não pode levar a cabo a inibição.”²¹ Segue espontaneamente o movimento de satisfação. O homem “rompe, pois, sua própria imediatidade e naturalidade.”²² O homem é independente nesse movimento e isto acontece porque ele sabe o que o determina. “O homem precisa determinar que fim deve ser o seu.”²³ É o único

¹⁹ VG, p. 157; FH, p.186-7.

²⁰ VG, p. 161; FH, p. 190.

²¹ VG, p. 57; FH, p. 78.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

responsável pelo seu fazer. Neste sentido, podemos compreender porque o homem é livre. E porque lhe é impossível realizar-se como pessoa se não se fizer como um ser livre. A natureza animal é de uma forma imediata. Nela não existe a possibilidade de fazer-se. A natureza humana é composta pelo que não é imediato; ela é o movimento de mediação. "Sua atividade consiste em superar a imediatez, em negar esta e, por conseguinte, em volver sobre si mesmo. É, portanto, o homem aquilo que ele se faz, mediante sua atividade."²⁴ O homem consiste em não ser uma natureza tranqüila, imóvel, mas eminentemente uma contínua negação do que lhe ameaça anular a liberdade.

A reposição do conceito de liberdade na progressão da história não deve ser entendido como uma prática individualista, o que pode sugerir a passagem final do parágrafo acima. É sobretudo uma atividade orgânica de particularidades, de povos, que constituem e estão inseridos e formam a universalidade. Como lembra a *Filosofia da direito*, os indivíduos são membros de uma comunidade e realizam-se como seres livres na medida em que se preocupam com a comunidade²⁵. Numa instância maior, os indivíduos somente existem como cidadãos na medida em que participam do Estado. Em um Estado existente, é sempre aquilo que os cidadãos continuamente o fazem ser.

Como participantes de um Estado os indivíduos não estão jogados espontaneamente no mundo. As ações dos homens não brotam da pura interioridade do indivíduo. O todo condiciona as partes; assim como as partes elaboram o todo, os indivíduos são filhos de seu povo e estes, por sua vez, enquanto o Estado se encontra em evolução, são filhos do seu tempo. Hegel sublinha a importância do indivíduo que se encontra condicionado pela evolução da liberdade de um Estado determinado. Mas, por outro lado, não deixa de ter presente também que o estágio em que se encontra um Estado determinado, representa o grau de superficialidade ou profundidade que os cidadãos se empenham (ou se empenharam) para aproximarem-se de uma organização mais livre e justa. Trata-se portanto de bem compreender como se relaciona o fim último da história com a vontade do indivíduo que é livre e, por isso, estabelece seus próprios fins. Em resumo, a questão é a seguinte: será que a história é um fator dos indivíduos, no sentido de que os indivíduos são meros instrumentos da razão histórica, ou os indivíduos são realmente os fatores (como sujeitos) da história, isto é, a história seria decidida pelas próprias ações dos indivíduos?

²⁴ VG, p. 57-8; FH, p. 78.

²⁵ Cf. HEGEL, G.W.F. *Grundlinien der Philosophie der Rechts*, hrsg. von J. Hoffmeister, Hamburg: F. Meiner, 1955, § 258, p. 208.

Quando a *Filosofia da história* trata da questão da realização da idéia na história, é afirmado que o fim último da história, aquilo que é em si, constitui meramente uma possibilidade e uma potência que ainda não chegou à interioridade da existência. Para realizar-se é preciso um segundo momento que é o da atuação, o da própria atividade da vontade dos homens no mundo. A atividade que põe em existência este interesse universal Hegel chama de "vontade natural", que são "as necessidades, o impulso, a paixão, o interesse particular, como também, a opinião e a representação subjetiva." A vontade natural é, pois, o conjunto de instrumentos e meios do espírito universal para trazê-lo à consciência e elevá-lo. A vontade natural ou subjetiva não é identificada como uma atividade impulsionada por interesses egoístas e particulares. Estas determinações da vontade não têm somente um conteúdo privado, mas o que o impulsiona são os atos universais. Por isso, um interesse pode sem dúvida ser inteiramente particular, mas disto não se segue que seja contrário ao universal. Na perspectiva de Hegel, o universal deve realizar-se mediante o particular.

Assim, Hegel entende que a atitude do grande imperador César que, ao buscar a sua satisfação e segurança, dava a aparência de que estava apenas preocupado consigo, não pode ser interpretada de uma forma tão simples. Segundo Hegel, este imperador não satisfaz somente seu fim particular, mas realizou no seu tempo um fim universal, isto é, constituiu um Estado "melhor" para aqueles que nele participavam. O pensador de Berlim introduz a idéia sugestiva de que a paixão é algo indispensável para que nasça algo de grande no homem. Não é imoral. Nela está presente também o pensamento e este faz com que a sua realização concretize o universal. Os indivíduos que têm uma grande paixão Hegel os chama de "heróis". Estes apreenderam o conteúdo universal superior e fazem de sua vida a sua concretização. Não seguem tão somente o curso tranqüilo e ordenado das coisas mas realizam somente o justo e necessário.

O indivíduos históricos, como Hegel chama também os heróis, sabem a verdade de seu mundo e do seu tempo. São uma espécie de clarividentes que sabem o que é o justo. "Seus discursos e suas ações são o melhor que se poderia dizer e fazer."²⁶ Os outros indivíduos, ao perceberem a verdade por eles manifesta, seguem os seus atos. Na maioria das vezes os heróis são mal vistos pelo povo porque o novo descoberto por eles não é de fácil entendimento e assimilação.

Na tentativa de melhor explicitar o sentido destas passagens, Marcuse apresenta algumas observações pertinentes sobre os homens históricos. Sua

²⁶ VG, p. 98; FH, p. 122.

posição é a de que os heróis “não são, em Hegel, sujeitos efetivos da história. Eles nada mais são que executores da vontade da história, os agentes do Espírito do Mundo.” Para Marcuse os heróis seriam joguetes de uma necessidade mais alta, seriam meros instrumentos do progresso histórico. A questão mereceria um aprofundamento bem maior para explicitar o seu significado. Quando Hegel trata da famosa passagem do “ardil da razão”, encontramos aí certas antecipações que podem dar margem a esta concepção. Por exemplo, o pensador de Berlim afirma que: “a idéia universal não se entrega à oposição e à luta, não se expõe ao perigo; permanece inatingível e ilesa, na retaguarda, e envia o particular da paixão na luta para receber os golpes. Se pode chamar isto de o *ardil da razão*.”²⁷ Hegel parece sugerir a presença de forças na história que dominariam os indivíduos, sendo que a estes restaria apenas cumprir os desígnios da Idéia. Os indivíduos levariam uma vida difícil, com trabalhos árduos, e morreriam sem ver realizados seus desejos. O seu sofrimento e fracasso (numa perspectiva pessoal) seriam meios de sustentação da vontade da liberdade.

Se distanciando do ponto acima, o próprio Marcuse parece apontar para uma outra forma de considerar esta questão. Como afirma o autor da *Escola Crítica*, a partir de Hegel “pensar não é uma atividade inocente, mas perigosa, que, assim que se espalhasse entre os indivíduos, determinando-lhes a prática, haveria de levá-los a duvidar das formas tradicionais de cultura e, mesmo, a subvertê-las.”²⁸ Isto significa: na medida em que o espírito crítico se tornasse mais presente entre os indivíduos, aconteceria uma grande mudança. No entanto, não está garantido o fato desse espírito se dissimular completamente entre os indivíduos de um povo. Ele depende do esforço radical dos homens de captar e repor o significado do político a partir das figurações já existentes do conceito da liberdade. Abre-se um espaço para o contingente quando por omissão, ou pela corrida desesperada de satisfação de interesses particulares e egoístas, os homens perdem o encaminhamento para um estado maior de liberdade.

A história, desse modo, é a exposição do progresso no engendramento do conceito da liberdade, mas este não acontece necessariamente. Os indivíduos fazem a história quando alcançam a autoconsciência da liberdade, determinada historicamente, assim como a história condiciona os indivíduos pelo fato de estarem vivendo uma determinação da racionalidade histórica que já está posta.

²⁷ VG, p.105; RH, p.129.

²⁸ MARCUSE, op.cit. p. 218.

BIBLIOGRAFIA

- HEGEL, G.W.F. *La raison dans l'histoire*: introduction à la Philosophie de l'histoire, traduction nouvelle, introduction et notes par Kostas Papaioannou, Paris: Christian Bourgeois éditeur, 1991. 311 p.
- _____. *Principios de la Filosofía del Derecho o Derecho Natural y Ciencia Política*. Trad. Juan Luis Verma. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1975. 395 p.
- _____. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, Band I: *Die Vernunft in der Geschichte*. hrsg. von J. Hoffmeister, Hambourg: F. Meiner, 1980. 294 p.
- _____. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, Band II: *Die orientalische Welt*; Band III: *Die griechische und die römische Welt*; Band III: *Die germanische Welt*, hrsg. von J. Hoffmeister, Hambourg, F. Meiner, 1980. 956 p.
- MARCURSE, Herbert. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso. Rio de Janeiro: Saga, 1969. 411 p.